



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO SESENTA E SETE

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2021, pelas catorze horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala um do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição conjunta (skype) sobre **plantação ilegal de abacates** no concelho de Lagos, Algarve, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PAN e BE, com as seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (**CCDR Algarve**)
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (**ICNF**)
- GNR - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (**SEPNA**)
- Direção-Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (**DRAP Algarve**)
- Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (**IGAMAOT**)
- Agência Portuguesa do Ambiente (**APA**)

2.ª Parte

1. Aprovação das Atas n.º 64 e 65

2. Iniciativas legislativas

Distribuição

[PJL 723/XIV/2.ª\(PAN\)](#) - Criação do regime jurídico de proteção do arvoredado urbano (conexão com 13.ª Comissão) - **Relator cabe ao GP do CDS/PP**

[PJL 733/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Define os critérios de gestão do arvoredado urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais (conexão com a 13.ª Comissão) - **Relator cabe ao GP do PAN**

[PJL 734/XIV/2.ª\(NInsc\)](#) - Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredado urbano (conexão com 13.ª Comissão) - **Relator cabe ao GP do PEV**

[PJL 741/XIV/2.ª\(BE\)](#) - Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredado urbano (conexão com 13.ª Comissão) - **Relator cabe Dep Ninsc JKM**

[PJL 748/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Instrumentos de gestão do arvoredado em meio urbano (conexão com 13.ª Comissão) - **Relator cabe ao GP PS**

3. Projetos de Resolução

Baixa

(Para efeitos do art.º 128.º/2 RAR)

[PJR 1089/XIV/2.ª \(NInsc CR\)](#) - *Recomenda ao governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação dos solos – ProSolo*

[PJR 1090/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP*

[PJR 1103/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Recomenda ao Governo a reversão do processo de constituição da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controle da água para os municípios da região*

[PJR 1118/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - Recomenda a reativação da campanha de sensibilização ambiental - O clima é connosco

[PJR 1125/XIV/2.^a \(PEV\)](#) - Medidas para a preservação dos habitats e salvaguarda das espécies endémicas ameaçadas

Discussão

[PJR 939/XIV/2.^a \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas nos instrumentos de política climática*

[PJR 953/XIV/2.^a \(PEV\)](#) - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à utilização de artigos de higiene reutilizáveis destinados à primeira infância*

Especialidade

Texto final dos [PJR 856/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e Pocinha como paisagem protegida e n.º [1009/XIV/2.^a \(PS\)](#) - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização do conjunto natural composto pela Duna de Salir e da paisagem envolvente*

Redação final

Redação final do texto conjunto dos [PJR 840/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo que estabeleça o programa nacional de apoio ao uso da bicicleta no ensino pré-escolar e [972/XIV/2.^a \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a calendarização, orçamentação e execução de medidas que promovem a mobilidade ativa pedonal e ciclável*

4. Petições

Relatório

Petição [136/XIV/2](#) - *Pela regulamentação da gestão do arvoredado urbano (1101 assinaturas)*

5. Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo GP BE para Audição do **Ministro do Ambiente e da Ação Climática** sobre medidas de gestão hídrica na região do Algarve

6. Outros assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc);

- Suplentes:

João Miguel Nicolau (PS); Pedro do Carmo (PS); António Lima Costa (PSD); João Gomes Marques (PSD); José Silvano (PSD); Pedro Pinto (PSD);

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); João Gonçalves Pereira (CDS-PP);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em <https://canal.parlamento.pt/?cid=5275&title=audicao-conjunta-sobre-plantacao-ilegal-de-abacates-no-concelho-de-lag> e http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210324_2_VC.m_p3 pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos e, após cumprimentar os representantes da entidade convidada e os membros da Comissão presentes em sala e on-line, cedeu a palavra ao Senhor **Deputado André Silva (PAN)** para apresentação do requerimento do GP do PAN a propósito sobre plantação ilegal de abacates no concelho de Lagos, Algarve. Seguiu-se intervenção do Senhor **Deputado João Vasconcelos (BE)**, para o mesmo efeito.

Foi concedida a palavra aos **Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), José Apolinário, e Vice-Presidente José António Pacheco**, que afirmaram que encaram como muito importante a existência de um plano de eficiência hídrica na região e que o mapeamento destas agroindústrias é essencial para que se garanta que se tratam de explorações de recursos efetivamente sustentáveis. Neste caso existe a necessidade de comunicação prévia, e, por este tipo de investimento carecer de AIA o projeto foi sujeito a uma suspensão para avaliar o investimento. Como o promotor não acatou a suspensão, a medida foi endurecida, tendo-se aplicado uma coima que, quando há pagamento voluntário, é aplicada pelo valor mínimo.

Interveio depois o **Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Nuno Banza**. Transmitiu que o ICNF se pronunciou em sede de AIA que incumbe ao instituto nesta matéria. Encontra-se em instrução um auto de notícia lavrado em janeiro de 2019, do resultado do qual será dada nota logo que concluído.

Em representação da GNR - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), entrevistaram o **Coronel Vítor Manuel Roldão Caeiro, Diretor da SEPNA do Comando Operacional**, e o **Tenente-Coronel Paulo Santos, Chefe da SEPNA, do Comando Territorial Faro**. Deram nota de intervenções no local, decorrentes de suspeitas que podiam colidir com regime jurídico da REN, das quais informaram CCDR. Suspeitou-se que o potencial de intervenção na área poderia estar a ser excedido, o que levou à suspensão dos trabalhos.

Tendo que se ausentar, o **Presidente da Comissão** foi substituído na condução dos trabalhos pelo **Vice-Presidente, Deputado Paulo Leitão**.

Pela **Direção-Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve)** coube a palavra ao **Diretor Regional Pedro Monteiro**. Área de abacates no Algarve ronda 815 hectares. Têm conhecimento de duas explorações, uma delas candidata ao PDR, o que exige aprovação de múltiplas entidades. Emitiram um conjunto de recomendações, nomeadamente para monitorização da qualidade da água. Enfatizou que tem de haver ordenamento do território (designadamente, definindo onde há hipótese de crescer com determinados tipos de culturas, introduzindo medidas cautelares nas zonas mais vulneráveis).

O **Inspetor-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT), José Brito e Silva**, referiu que foram recebidas denúncias de destruição do coberto vegetal e remoção de terras, para exploração de abacate, parcialmente em área de REN. Foi emitido embargo a essa exploração pela CCDR. Têm conhecimento que está em apreciação pública um projeto. Atendendo a que não existe proteção ao aquífero de Odaixere, não existe legislação definidora de agricultura intensiva, não há forma de controlar efeitos cumulativos com estes contornos em sede ambiental. Referiu que existe a prática de fracionar projetos para defraudar limites que a legislação de impacto ambiental estabelece, o que consubstancia fraude à lei porque impede as entidades públicas de fazer uma real aferição de impactos.

O **Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Nuno Lacasta**, começou por mencionar necessidade de limitar a capacidade de utilização de água ao estritamente imprescindível, pois stress hídrico no Algarve é preocupante. Relativamente à renaturalização da ribeira adjacente, a reposição terá de ser feita independentemente das demais conclusões que venham a resultar da AIA. O parecer da APA é desfavorável, contraria as medidas da Comissão de Gestão de Seca e pode colocar em causa a sustentabilidade hídrica. Sublinhou a necessidade de legislação sobre licenciamento deste tipo de explorações.

Na ronda de intervenções reservada aos membros da Comissão, colocaram questões os Senhores **Deputados Luis Graça (PS), Rui Cristina (PSD), João Vasconcelos (BE), João Dias (PCP), Mariana Silva (PEV), Joacine Katar Moreira (NInsc), Cristina Rodrigues (NInsc)**.

Em resposta, usaram da palavra, por esta ordem, o **Presidente e o Vice-Presidente da CCDR Algarve**; o **Presidente do ICNF**; o **Diretor do Comando Operacional do SEPNA** e o **Chefe do Comando Territorial do SEPNA de Faro**; o **Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve**; o **Inspetor-Geral da IGAMAOT**; e, por último, o **Presidente do Conselho Diretivo da APA**.

Após uma breve pausa, o Presidente da Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**, retomou a condução dos trabalhos e deu continuidade à reunião, colocando à apreciação e votação as **atas 64 e 65**, que foram **aprovadas por unanimidade**.

Foram distribuídos ao Grupo Parlamentar do PS, para elaboração de parecer conjunto, os **[PJL 723/XIV/2.^a\(PAN\)](#)** - Criação do regime jurídico de proteção do arvoredo urbano; **[PJL 733/XIV/2.^a \(PSD\)](#)** - Define os critérios de gestão do arvoredo urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais; **[PJL 734/XIV/2.^a\(NInsc\)](#)** - Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredo urbano; **[PJL 741/XIV/2.^a\(BE\)](#)** - Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredo urbano; **[PJL 748/XIV/2.^a\(PEV\)](#)** - Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano. Atendendo a que algumas destas iniciativas se encontram agendadas para Plenário de 8 de abril, foi solicitada entrega do parecer até **5 de abril**. Intervieram os Senhores **Deputados Bruno Coimbra** (PSD), **Nuno Fazenda** (PS), **Nelson Peralta** (BE), **Joacine Katar Moreira** (NInsc) e **Mariana Silva** (PEV).

Para efeitos do art.º 128.º, n.º 2 RAR, os proponentes informaram que pretendem a discussão **em Comissão** dos **[PJR 1089/XIV/2.^a \(NInsc CR\)](#)** - Recomenda ao Governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação dos solos – ProSolo; **[PJR 1103/XIV/2.^a \(PCP\)](#)** - Recomenda ao Governo a reversão do processo de constituição da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controle da água para os municípios da região; **[PJR 1118/XIV/2.^a \(PSD\)](#)** - Recomenda a reativação da campanha de sensibilização ambiental - O clima é connosco; **[PJR 1125/XIV/2.^a \(PEV\)](#)** - Medidas para a preservação dos habitats e salvaguarda das espécies endémicas ameaçadas; e em **plenário** **[PJR 1090/XIV/2.^a \(PCP\)](#)** - Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP.

Foi pedido o adiamento da discussão dos **[PJR 939/XIV/2.^a \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas nos instrumentos de política climática foi adiada a pedido do GP PS (**2.º adiamento**).

A discussão e do **[PJR 953/XIV/2.^a \(PEV\)](#)** - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à utilização de artigos de higiene reutilizáveis destinados à primeira infância decorreu conforme informações anexa a esta ata, que dela fazem parte integrante.

O GP PSD solicitou o adiamento da proposta de texto final conjunto dos **[PJR 856/XIV/2.^a \(PSD\)](#)** - Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e Pocinha como paisagem protegida e n.º **[1009/XIV/2.^a \(PS\)](#)** - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização do conjunto natural composto pela Duna de Salir e da paisagem envolvente.

A **redação final** do texto conjunto dos **[PJR 840/XIV/2.^a \(PSD\)](#)** - Recomenda ao Governo que estabeleça o programa nacional de apoio ao uso da bicicleta no ensino pré-escolar e **[PJR 972/XIV/2.^a \(BE\)](#)** - Recomenda ao Governo a calendarização,

orçamentação e execução de medidas que promovem a mobilidade ativa pedonal e ciclável foi aprovada sem votos contra.

O Senhor **Deputado Hugo Patricio Oliveira** (PSD) apresentou o relatório elaborado sobre a **Petição 136/XIV/2** – *Pela regulamentação da gestão do arvoredo urbano, com 1101 assinaturas*. Submetido a apreciação e votação, foi **aprovado por unanimidade**.

O Senhor **Deputado João Vasconcelos** (BE) apresentou o requerimento apresentado do GP BE para Audição do Ministro do Ambiente e da Ação Climática sobre medidas de gestão hídrica na região do Algarve. Interveio o Senhor **Deputado Rui Cristina** (PSD). Submetido a votação, foi **aprovado por unanimidade**.

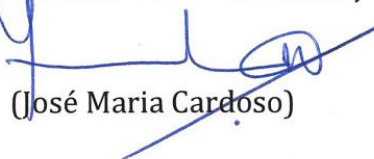
Na rubrica “Outros Assuntos” foi colocado à Comissão a possibilidade de aditar à ordem do dia os **requerimentos do PSD e do PAN** para audição da APA sobre o negócio da venda de barragens do Douro. Havendo concordância de todos, o requerimento foi apresentado pelo Senhor **Deputado Luis Leite Ramos** (PSD). Ambos foram **aprovado por unanimidade**.

Relativamente à audição das Águas do Alto Minho, foi colocado à consideração um pedido de alteração da hora da audição com as autarquias. Os Senhores Deputados **Nuno Fazenda** (PS) e **Luis Leite Ramos** (PSD) transmitiram que poderão acomodar qualquer um dos horários propostos.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados pelas 17H45.

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

Anexo:



Informação
Discussão PJR 953.pd

IG/

